

Língua Portuguesa, Linguagem e Linguística 3

Ivan Vale de Sousa
(Organizador)



Editora
Atena

Ano 2018

IVAN VALE DE SOUSA

(Organizador)

Língua Portuguesa, Linguagem e Linguística 3

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
L755	Língua portuguesa, linguagem e linguística 3 [recurso eletrônico] / Organizador Ivan Vale de Sousa. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. 3.287 kbytes – (Língua Portuguesa; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-85107-13-0 DOI 10.22533/at.ed.130181308 1. Língua portuguesa. 2. Linguística. I. Sousa, Ivan Vale de. CDD 410
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea lança luzes às diferentes reflexões que compõem os trabalhos dos mais diferentes autores/ pesquisadores que objetivam trazer para o público leitor as múltiplas maneiras e linguagens em que o trabalho com as modalidades comunicativas se inserem. Além disso, o desafio de democratizar as metodologias e as ponderações por seus autores revelam as peculiaridades com que cada um apresenta suas objeções estabelecendo conexões entre as reflexões.

Todos os dezenove trabalhos que desenham uma cartografia robusta à luz dos múltiplos conhecimentos estão inseridos em diferentes correntes e fundamentos epistemológicos, reafirmando que as Ciências da Linguagem tomam rumos diferenciados e se realizam na experiência dos sujeitos, que ora são leitores do próprio enunciado, ora são produtores do discurso.

As ações de ler, escrever, refletir e produzir aproximam as interlocuções dos trabalhos que compõem este volume, justificando que a tensa e robusta cartografia de ideias e objetivações estabelecem à obra uma qualidade diversificada. São diferentes autores que aceitaram o desafio de mostrar aos muitos interlocutores, que lerão estes trabalhos, a justificativa de demonstrar como cada um constrói, reconstrói e estabelece o caminho capaz direcioná-lo na descoberta de novas acepções da linguagem.

Não muito diferente dos objetivos inseridos em cada trabalho é a identidade que esta coletânea recebe. Comungamos do mesmo ideal de que o objetivo deste volume é revelar aos diferentes leitores e pesquisadores como o conhecimento realiza-se mediante a utilização de construção cartográfica dos múltiplos saberes que podem ser construídos no fazer e no compreender a relação da linguagem com seus sujeitos e contextos.

O cruzamento dos muitos discursos que se encontram nesta coletânea expressa nitidamente como fundamentação essencial à ampliação do processo de formação linguística e letramento de seus autores e leitores, a partir dos quatro temas capazes de estruturar o que os interlocutores encontrarão na obra: *leitura, escrita, reflexão e metodologia*.

Os objetivos que dão forma e identidade à coletânea são provenientes de diferentes contextos de utilização e práticas de trabalho com a linguagem e, nessa concepção, os autores/pesquisadores compreendem que todo e qualquer trabalho de valorização da linguagem e suas variações perpassa pela diversidade de conhecimentos na constituição de programas capazes de lançar luzes às etapas do saber.

A noção de diferença entre as reflexões não torna a coletânea um percurso incompreensível do ponto de vista reflexivo, mas, pontua a necessidade de enxergar como a linguagem efetiva-se nas diferentes teorias e práticas defendidas e apresentadas pelos autores. Sendo assim, os dezenove trabalhos que dão forma e sentido a este volume propõem um convite à leitura e aos debates dos textos servindo como acesso aos leitores de outras reflexões no estabelecimento de uma “ponte dialógica” entre

sujeito e conhecimento.

Ivan Vale de Sousa desenvolve no primeiro capítulo a discussão sobre textualidades e o ensino de gêneros textuais no contexto da educação básica, trazendo para o leitor um recorte de suas práticas de trabalho com a linguagem, além de promover frutíferas reflexões partindo de um contexto estabelecido de produção e compreensão de trabalho linguístico com o texto. No segundo capítulo, Artemio Ferreira Gomes e Marcos Antônio Fernandes dos Santos revelam as funções da leitura, escrita e criticidade tendo como *corpus* os textos de acadêmicos de um curso da Universidade Estadual do Maranhão, Campus de São João dos Patos.

Tiago da Costa Barros Macedo, no terceiro capítulo, apresenta uma proposta didática para o trabalho com a produção escrita de gêneros textuais em língua inglesa no Ensino Médio. O quarto capítulo de Aline Batista Rodrigues e Rosinélis Rodrigues da Trindade lançam reflexões acerca da dimensão discursivo-argumentativa das repetições como estratégias referenciais no gênero *redação escolar*, propondo formas de repensar o texto e seu processo de realização.

No quinto capítulo, Alyson Bueno Francisco apresenta as análises de professores-tutores e cursistas no Programa Rede São Paulo de Formação Docente a partir de um viés teórico-investigativo. Não muito diferente da proposta anterior são as reflexões propostas por Elisiane Araújo dos Santos Frazão e Veraluce da Silva Lima, no sexto capítulo, que investigam a conversação na *web* a partir da interface *Facebook*.

Eliana Pereira de Carvalho no sétimo capítulo traz a discussão de uma das obras do escritor Mia Couto em que a questão da temporalidade é discutida no romance estudado. No oitavo capítulo, Iliane Tecchio e Tairine Maia Silva pontuam as metamorfoses sofridas pelo vampiro em filmes a partir da obra do escritor irlandês Bram Stoker. Já as observações inseridas no nono capítulo de Paloma Veras Pereira e José Dino Costa Cavalcante utilizam-se da análise de um romance do escritor José do Nascimento Moraes, a partir de um olhar acerca dos excluídos na cidade de São Luís, estado do Maranhão.

No décimo capítulo, Everton Luís Teixeira e Sílvio Holanda navegam reflexivamente nas páginas de Guimarães Rosa e Eric Hobsbawn, direcionando os olhares ao confronto de visões às questões da Segunda Guerra Mundial, analisadas na ótica da leitura histórica e da ficção rosiana. No décimo primeiro capítulo, Natália Tano Portela e Rauer Ribeiro Rodrigues realizam um estudo comparativo entre um dos contos de Clarice Lispector e Alcione Ribeiro, discutem as possíveis aproximações em ambas as narrativas. O décimo segundo capítulo, Dhyovana Guerra e Thaluana Rafael Debarba Baumbach analisam bibliográfica e historicamente as relações de poder estabelecidas pelo período emancipatório de Cascavel, Paraná.

Anísio Batista Pereira, no décimo terceiro capítulo, investiga a memória discursiva nas manifestações sociais ocorridas em 28 de abril de 2017 e problematiza os efeitos de sentido produzidos a partir do entrelaçamento entre o passado e o presente materializados nos discursos. No décimo quarto capítulo, Guilherme Griesang propõe

reconstruir a historiografia a partir da memória bibliográfica sobre a ditadura na Argentina sob o viés de revisitação dos discursos.

O décimo quinto capítulo, Pamela Tais Clein analisa e aproxima o diálogo entre a literatura e o cinema no ensino de língua portuguesa tendo em vista a participação de alunos do terceiro ano do ensino médio, como experiência do Projeto Pibid. No décimo sexto capítulo, Marília Crispi de Moraes discute e analisa experiências de promoção e democratização do acesso à leitura, bem como de fomento à produção literária de grupos excluídos como forma de empoderamento e estímulo ao protagonismo social.

Ezequias da Silva Santos, no décimo sétimo capítulo, traz uma análise entre dois romances, estudando a construção das narrativas e a metaficção em uma perspectiva Neobarroca, como constituição literária das obras analisadas que são reveladas na identidade do texto e durante seu desenvolvimento. No décimo oitavo capítulo, Mariana Pinter Chaves e Ida Lucia Machado estudam e analisam as identidades das personagens na constituição da cena, respaldando-se em alguns estudiosos. E, por fim, no décimo nono capítulo deste livro, Claudia Regina Porto Buzatti aborda como centralidade a inserção da mulher com deficiência visual por meio da escrita, utilizando como *corpus* as modalidades escritas em caracteres braile e em tinta da escritora Elizete Lisboa.

Esperamos que todos os dezenove trabalhos propiciem outras reflexões e inspirem novos conhecimentos na concepção de novos leitores capazes de enxergar em cada texto uma trilha para o desenvolvimento de saberes. Sendo assim, resta-nos desejar aos interlocutores desta coletânea boas reflexões.

Prof. Me. Ivan Vale de Sousa

Organizador

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
TEXTUALIDADES E GÊNEROS TEXTUAIS NA SALA DE AULA <i>Ivan Vale de Sousa</i>	
CAPÍTULO 2	17
LEITURA, ESCRITA E CRITICIDADE: REFLEXÕES A PARTIR DE TEXTOS PRODUZIDOS POR ACADÊMICOS DO 6º PERÍODO DE LETRAS DA UEMA/CESJOP <i>Artemio Ferreira Gomes</i> <i>Marcos Antônio Fernandes dos Santos</i>	
CAPÍTULO 3	27
PRODUÇÃO ESCRITA DE GÊNEROS TEXTUAIS DE LÍNGUA INGLESA NO ENSINO MÉDIO: UMA PROPOSTA DE ARTICULAÇÃO DAS TEORIAS LINGÜÍSTICAS DE ABORDAGEM LEXICAL E APRENDIZAGEM BASEADA EM TAREFAS <i>Tiago da Costa Barros Macedo</i>	
CAPÍTULO 4	40
A DIMENSÃO DISCURSIVA-ARGUMENTATIVA DAS REPETIÇÕES COMO ESTRATÉGIAS REFERENCIAIS NO GÊNERO REDAÇÃO ESCOLAR: UM OUTRO PENSAR SOBRE O TRABALHO COM TEXTOS <i>Aline Batista Rodrigues</i> <i>Rosinélio Rodrigues da Trindade</i>	
CAPÍTULO 5	53
A LINGUAGEM ENTRE TUTOR-CURSISTA EM CURSO SEMIPRESENCIAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES <i>Alyson Bueno Francisco</i>	
CAPÍTULO 6	64
CONVERSAÇÃO NA WEB: UM ESTUDO DOS MARCADORES CONVERSACIONAIS EM USO NO FACEBOOK <i>Elisiane Araújo dos Santos Frazão</i> <i>Eraluce da Silva Lima</i>	
CAPÍTULO 7	77
ENTRE FRONTEIRAS CULTURAIS: AS ESTRATÉGIAS DA EMPRESA COLONIAL PORTUGUESA E A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO HÍBRIDO EM VENENOS DE DEUS, REMÉDIOS DO DIABO, DE MIA COUTO <i>Eliana Pereira de Carvalho</i>	
CAPÍTULO 8	89
DRÁCULA DE BRAM STOKER: O PROTAGONISTA IMORTAL <i>Iliane Tecchio</i> <i>Tairine Maia Silva</i>	
CAPÍTULO 9	98
UMA SÃO LUÍS DE EXCLUSÕES: UM OLHAR SOBRE OS MARGINALIZADOS NO ROMANCE VENCIDOS E DEGENERADOS <i>Paloma Veras Pereira</i> <i>José Dino Costa Cavalcante</i>	
CAPÍTULO 10	113
“NESTES MOMENTOS LÚGUBRES DE ONTEM”: LITERATURA E HISTÓRIA NAS PÁGINAS DE GUIMARÃES ROSA E NAS DE ERIC HOBSBAWM <i>Everton Luís Teixeira</i>	

CAPÍTULO 11	124
DESTINO DE MULHER EM CLARICE LISPECTOR E ALCIENE RIBEIRO	
<i>Natália Tano Portela</i>	
<i>Rauer Ribeiro Rodrigues</i>	
CAPÍTULO 12	134
ENTRE CASCAVÉIS E JAGUNÇOS: AS RELAÇÕES DE PODER ESTABELECIDAS NO PERÍODO EMANCIPATÓRIO DA CIDADE DE CASCAVEL – PR	
<i>Dhyovana Guerra</i>	
<i>Thaluan Rafael Debarba Baumbach</i>	
CAPÍTULO 13	144
EFEITOS DE MEMÓRIA DISCURSIVA NAS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS DE 28 DE ABRIL DE 2017: ANÁLISE DE IMAGENS DISPONÍVEIS NA INTERNET	
<i>Anísio Batista Pereira</i>	
CAPÍTULO 14	159
DITADURA NA ARGENTINA: A RECONSTRUÇÃO DO PASSADO POR UMA PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA	
<i>Guilherme Griesang</i>	
CAPÍTULO 15	167
A LITERATURA E O CINEMA: UMA PROPOSTA DE DIÁLOGO NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA	
<i>Pamela Tais Clein</i>	
CAPÍTULO 16	178
OS PONTOS DE CULTURA E A PROMOÇÃO DO EMPODERAMENTO: LEITURA E PRODUÇÃO LITERÁRIA COMO ALAVANCAS DE PROTAGONISMO SOCIAL	
<i>Marília Crispi de Moraes</i>	
CAPÍTULO 17	196
OS DETETIVES DE PAPEL E OS DETETIVES EM CARNE E OSSO: A LINGUAGEM NEOBARROCA EM OS DETETIVES SELVAGENS E E NO MEIO DO MUNDO PROSTITUTO SÓ AMORES GUARDEI AO MEU CHARUTO	
<i>Ezequias da Silva Santos</i>	
CAPÍTULO 18	208
NARRATIVAS DE VIDA EM CENA:	
UM ESTUDO SEMIOTICÓNICÓ DAS IDENTIDADES DE PERSONAGENS-ATRIZES NO TEATRO DOCUMENTÁRIO	
<i>Mariana Pinter Chaves</i>	
<i>Ida Lúcia Machado</i>	
CAPÍTULO 19	221
ELIZETE LISBOA: A INSERÇÃO DA MULHER COM DEFICIÊNCIA VISUAL ATRAVÉS DA ESCRITA	
<i>Claudia Regina Porto Buzatti</i>	
SOBRE O ORGANIZADOR	231

DITADURA NA ARGENTINA: A RECONSTRUÇÃO DO PASSADO POR UMA PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA

Guilherme Griesang (UNILA)
guigriesang22@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Memória; ditadura; argentina.

RESUMO: A ditadura militar na Argentina, assim como as demais na América Latina, causou uma grande repressão sobre os diversos meios culturais. E a historiografia sofreu um silenciamento entre 1984 e 1996, no qual houve pouca acessibilidade ao material produzido e limitações de documentos e arquivos a serem acessados, principalmente os relacionados ao governo. Por esta razão, as pesquisas científicas foram gravemente prejudicadas nesse período, diante da política ditatorial e opressora. Dessa forma, de acordo com os teóricos Maria Paula Gonzales (2014) e Bohoslavsky (2010), depreende-se uma produção escassa sobre o passado argentino por parte da historiografia, porém estes estudos foram ampliados por outras áreas acadêmicas: os estudos culturais, ciências sociais e literatura, no entanto, a historiografia contemporânea vem apresentando uma constante preocupação com o período opressor na Argentina. O objetivo desse artigo é a reconstrução do passado (historiografia) a partir da memória bibliográfica sobre a ditadura na Argentina, devido aos esquecimentos, silêncios e retrações, pois o tempo é mutável e deve estar em constante revisão, em busca de memórias.

ABSTRACT: The military dictatorship in Argentina, as well as the others in Latin America, caused a great reprimand on the diverse cultural means. And historiography suffered a silencing between 1984 and 1996, in which there was little accessibility to the material produced and limitations of documents and files to be accessed, especially those related to the government. For this reason, scientific research was seriously impaired during this period, in the face of dictatorial and oppressive politics. Thus, according to the theorists Maria Paula Gonzales (2014) and Bohoslavsky (2010), a scarce production on the Argentine past by historiography can be inferred, but these studies were amplified by other academic areas: cultural studies, sciences social and literature, however, contemporary historiography has been presenting a constant preoccupation with the oppressive period in Argentina. The objective of this article is the reconstruction of the past (historiography) from the bibliographical memory about the dictatorship in Argentina, due to forgetfulness, silence and retraction, since time is changeable and must be in constant revision, in search of memories.

KEYWORDS: Memory; dictatorship; Argentina.

INTRODUÇÃO

Este artigo trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho analítico/interpretativo com base em dados de acervos, relatórios, e produções científicas.

Temos como base para o desenvolvimento, alguns livros e artigos dos seguintes teóricos: Maria Paula Gonzales, Juan Pablo Bohoslavsky, Deamézola, e Lvovich, e também alguns livros como o “*Novo olhar história*” de Marco Pellegrini. Estamos usando estes teóricos, pois os mesmos possuem amplos e diversos conhecimentos do período da ditadura militar na Argentina, em suas obras recriam as políticas aterrorizantes, denunciam as atrocidades e reconstroem o passado recente.

A ditadura militar argentina que ocorreu de 1966 a 1973 tendo um breve intervalo retornando de 1976 a 1983, semelhante aos demais regimes deste período, fora responsável por grandes atrocidades, demonstrando o quão a biopolítica pode ser cruel. Merecendo grande destaque entre as demais ditaduras, a Argentina tem como características o silenciamento, políticas de esquecimento e resquícios de imoralidade por parte militar, embora esse esquecimento tenha sido atualmente combatido com a contribuição da política democrática.

As políticas de silenciamento e de esquecimento foram muito eficazes, estima-se que durante o regime cerca de trinta mil civis foram assassinados, porém os militares haviam assumido a morte de apenas oito mil dessas vidas. O silêncio e inequidade se instalaram rapidamente nos primeiros anos, onde espaços reservados ao livre exercício pensador foram trocados por ambientes conservadores onde se tornava perigoso exercer qualquer pensamento contrário aos padrões ditatoriais da época. Porém, esta corrente de esquecimento foi quebrada por pequenos grupos como as “*Madres de la plaza de mayo*” que se manifestaram visivelmente e apesar de tudo, tiveram sua recompensa.

CONSEQUÊNCIAS PARA ARTISTAS E ESCRITORES

Durante a ditadura militar argentina houve diversas consequências e prejuízos que acabavam com o direito de liberdade e expressão dos artistas e escritores do período.

Dentre elas podemos citar vários acontecimentos pós-ditadura, que nos dá uma base para discutir e refletir sobre o assunto, como alguns documentos achados que foram revelados pelo Ministério da Defesa da Argentina, que mostram que durante o período da ditadura foram elaboradas listas distintas em três fases sendo em 1979, 1980, e 1982. As listas chegavam a ter 650 nomes de escritores e de artistas, essas listas possuíam categorias do grau 1 ao grau 4, sendo que o grau 4, seria o nível máximo, ou seja, era considerado mais perigoso.

As principais ordens dos comandos militares eram para que os artistas não pudessem assumir cargos públicos, benefícios concedidos pelo estado, e principalmente

que não se apresentassem em público por serem considerados marxistas, isso sem contar que muitos artistas com medo de serem mortos ou torturados, partiam para outros países em busca de refúgio. Entre esses artistas haviam diversos tipos de demonstrações culturais como músicos, cantores, jornalistas e escritores.

Durante a ditadura militar da Argentina, com relação aos escritores, muitos eram exilados ou até mesmo assassinados durante os confrontos com os militares nas ruas argentinas. Dentre os principais escritores argentinos que sofreram repressão podemos listar os seguintes: Juan Guelman, que foi exilado e teve seu filho e sua nora assassinados, em outro caso, totalmente diferente temos o escritor Rodolfo Wash, que era contra os conceitos políticos da época e divulgava materiais como panfletos, se posicionando contra a ditadura, mas mesmo sendo resistente acabou sendo obrigado a trabalhar clandestinamente e acabou sequestrado e morto.

Os movimentos cineastas também tiveram sua importância, mesmo que muitos cineastas tenham se refugiado do país, obras como “A História Oficial” (1985) filme criado por Luis Puenzo, e “Los miedos” (1980) de Alejandro Doria, ambos os filmes retratam a temática da ditadura militar na Argentina, com ênfase nas políticas de silenciamento da época. Os dois autores aqui apresentados, foram grandes artistas que tiveram que lutar contra a censura artística da ditadura.

O SILENCIAMENTO HISTORIOGRÁFICO E A REDEMOCRATIZAÇÃO

A partir das políticas de silenciamento e esquecimento da ditadura militar na Argentina, o papel historiográfico de suma importância foi sobrepulado, pois a construção do passado ocorre principalmente na forma oral, e esta por sua vez ficou afetada e limitada após os horrores do regime militar, outro fato foi a ausência de acesso das instituições acadêmicas às informações nacionais, sendo assim resultou na falta de documentos do período. Os historiadores se calaram, sua função de construir um passado recente foi incumbida por outras produções que mantiveram a crítica presente na luta pela memória, isto de acordo com análise do artigo “*ensino da história na argentina: saberes e práticas escolares e docentes sobre a última ditadura militar*”:

“Sobre essa falta de abordagem pela historiografia, indicaram-se os constrangimentos institucionais e materiais que afetaram à pesquisa acadêmica, a falta geral de pesquisa sobre a história da Argentina do último meio século, a persistência de atores comprometidos com a ditadura em instituições democráticas, a continuidade da cultura do medo, os obstáculos no acesso a fontes documentais, a falta de acesso aos arquivos das instituições repressivas e até mesmo o impacto das políticas de esquecimento nos próprios historiadores...” (LVOVICH, 2007).

“... Isto contrasta com o que aconteceu em outros campos culturais e acadêmicos, porque enquanto a historiografia não realizara a reconstrução do passado próximo, foram outras produções (literárias, jornalísticas, cinematográficas e artísticas) bem como outras ciências sociais (economia, ciência política, sociologia), que se dedicaram a essa tarefa e, juntamente com as lutas pela memória, mantiveram esse

Os autores enfatizam a falta da produção de um passado recente e o fato de que algumas instituições apesar de serem democráticas permanecem silenciosas demonstrando a questão da cultura do medo, o que ainda as relaciona com a ditadura. Em um primeiro momento pós-silenciamento, apesar da intenção do estado em realizar a redemocratização, houve uma indução ao esquecimento, desvalorizando a justiça e priorizando a continuidade da democracia dizendo o futuro.

A ocultação e as políticas de esquecimento perpetuaram durante a redemocratização mesmo que os intentos de busca pela justiça tenham sido constantes. O presidente Raul Alfonsín foi o marco entre ditadura e democracia que por sua vez criou a CONADEP (Comissão Nacional sobre o desaparecimento de pessoas) e solicitou um relatório que constava denúncias sobre desaparecimento e tortura, na tentativa de deixar para trás um passado obscuro. Como consequência surgiu o relatório do “Nunca más” que permitiu o conhecimento geral que o governo tivesse atuado como estado terrorista, estas atitudes do governo se constituem como parte do processo autodenominado de “Reorganização Nacional”.

Somando a redemocratização temos os rituais de continuidade que iam contra o silenciamento das atrocidades cometidas, o movimento “As madres de la plaza de Mayo” teve uma importância crucial neste processo, ao começarem a se reunir durante a ditadura (1977) com intuito de clamar por justiça pelo desaparecimento de seus filhos e netos, esse movimento continuou durante a democracia de modo que ainda houvesse a lembrança do passado oblíquo. Posteriormente outro movimento juntou-se ao primeiro, o movimento denominado “Hijos” que tinha como lema “Hijos pela justiça, contra o esquecimento e o silêncio, sendo estes movimentos grandes responsáveis pela irrupção de outras vozes, como exemplo a dos militares arrependidos que confessaram alguns métodos de desaparecimento de corpos, essa situação foi chamada de “Boom da memória”.

Em contradição aos movimentos que buscavam justiça, os familiares de membros das forças armadas exigiam uma memória completa de modo a justificar atos cometidos contra os guerrilheiros. Com a justificativa de que seus familiares estavam servindo ao estado, ou seja, apenas realizavam o cumprimento de ordens, enfatizando que os verdadeiros culpados pelas atrocidades do regime militar, eram os responsáveis pelo comando maior das forças militares, muitas vezes sendo o próprio estado.

Essas discussões foram muito incompletas e os historiadores mesmo que reconhecessem a importância da criação de uma lei de ensino sobre a ditadura, apontavam que era muito recente e não existiam estudos históricos, ainda assim em 1993 o governo criou a Lei nº24.195 que determinava o ensino em escolas públicas por uma perspectiva crítica sobre o regime militar, inaugurando a redemocratização no ensino curricular. No ano de 2004, dez anos após a implementação do ensino sobre a ditadura, iniciou-se um novo processo de definição de conteúdo para o país, com a

criação de um conjunto chamado de NAP (Núcleo de aprendizado prioritário), entre eles está a referência da história da Argentina:

“Compreensão das causas que levaram a um período de instabilidade política na Argentina no período 1955-1976, identificando os diversos atores e interesses envolvidos. O conhecimento das características do terrorismo de Estado na Argentina implementadas pela ditadura militar de 1976-1983, e sua relação com a Guerra Fria e a implementação de um modelo econômico e social neoliberal” (MECYT, 2004, p. 27).

A última medida educacional tomada pelo processo de redemocratização, foi a Lei de educação nacional 26.206 de 2006, que inseria a perspectiva da construção da memória e da história recente, além do conjunto legislativo apresentado, a educação na argentina utiliza outros meios de abordagens da história recente como a comemoração de datas importantes e eventos escolares em homenagem aos heróis nacionais.

ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE O SILENCIAMENTO HISTORIOGRÁFICO NA DITADURA MILITAR DO BRASIL E DA ARGENTINA

Com base nos estudos acima apresentados sobre historiografia na ditadura militar da Argentina podemos realizar uma análise, que fará a comparação com a historiografia da ditadura militar no Brasil. Para iniciarmos esta análise de forma geral podemos dizer que a ditadura militar brasileira, foi marcada por menos atrocidades do que na ditadura argentina, isto é possível compreender com base nos dados de pesquisa, segundo o *Livro Novo olhar história (2016/2017)*, na ditadura militar da argentina foram aproximadamente 30.00 mil pessoas mortas, enquanto no Brasil de acordo com o advogado Pedro Dallari, coordenador da Comissão Nacional da Verdade, foram aproximadamente 434 mortas ou desaparecidas, uma diferença enorme entre as duas ditaduras.

Outro fator importante de se discutir, é a questão da disseminação da informação e dos métodos utilizados pelos militares em torturas, porque no Brasil quando as pessoas desapareciam e eram torturadas, muitas delas sobreviviam, e posteriormente relatavam o que sofreram, não havendo silenciamento historiográfico no período, enquanto na ditadura da argentina as pessoas desaparecidas geralmente eram possivelmente mortas, facilitando o processo de ocultação pela falta de informações.

Pode-se compreender, conforme o *Livro Novo olhar história (2016/2017)* do historiador Marco Pellegrini *Nome de livro sempre em itálico a fonte*, que o silenciamento no Brasil teve um processo menos intenso do que na ditadura da argentina, pois na ditadura militar da argentina, a redemocratização só foi possível em um momento pós-ditadura, sendo que todos os partidos políticos democráticos foram extintos facilitando a falta de documentos por parte da historiografia, enquanto no Brasil durante a ditadura em 1965 foram criados dois partidos, a Arena (Aliança Renovadora Nacional), que era aliada ao regime militar, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) que fazia oposição ao governo e defendia a redemocratização, ou seja, baseando-se nisso a

falta de documentos e informações não foi extrema, pois durante a ditadura já existia um movimento atuando para a redemocratização.

Com relação ao silenciamento de artistas e escritores, também encontramos uma diferença essencial entre as duas ditaduras, sendo que no Brasil, os músicos conseguiam se apresentar em público, só que para uma música ser comercializada era necessário que fosse enviada para o órgão responsável. Pela censura às representações artísticas como o teatro, cinema e música, o sistema era conhecido como Divisão de Censuras de Diversões Públicas (DCDP), a fim de analisar o conteúdo da música para verificar se não continha letra contrária aos conceitos militares da época. Enquanto no regime argentino os artistas eram proibidos até de se apresentar em público, ficando impossibilitados de mostrar seu conhecimento artístico e cultural.

A repreensão recaiu também sobre os jornalistas, tanto no Brasil quanto na Argentina, ambos os países calaram sua imprensa. O jornalista Vladimir Herzog, preso, torturado e morto, mesmo que os militares alegassem suicídio por parte deste, os sinais de tortura presente relatavam sua morte causada pelo abuso militar, o caso Herzog foi arquivado em 2009, sem que houvesse justiça legalmente, esse caso pode ser comparado a da jornalista argentina Ana Guzzetti, que de acordo com o escritor Richard Gillespie foi detida a mando do Presidente Perón e catorze meses depois foi sequestrada pelas entidades as quais difamou:

“En 1974, cuando Ana Guzzetti, una periodista peronista que trabajaba para El Mundo, diario con simpatías hacia el ERP, le preguntó en una conferencia de prensa se su gobierno estaba investigando las organizaciones parapoliciales de la derecha que habían asesinado a doce militantes peronistas y destruido veinticinco de sus locales durante la quincena anterior, Perón ordenó que se procediera legalmente contra ella por difamación. Fue detenida el mismo mes y 14 meses después secuestrada a su vez por los hombres a quienes había denunciado, que conducían unos Ford Falcon idénticos a los que usaba la Policía Federal. Los miembros de la Asociación de la Prensa de Buenos Aires emprendieron una huelga de protesta y seis días después fue encontrada apalizada, pero aun con vida, en la autopista pan-americana” (GILLESPIE, 1987: 195).

Apesar de Guzzetti ter sofrido um silenciamento fora do período da ditadura, sem dúvidas fora em consequência desta e com indivíduos à esta relacionados, o caso semelhante ao de Herzog serve para se observar, que em ambas ditaduras não permitiu-se críticas ao Estado, nem de manifestos culturais menores, nem de importantes agentes como imprensas da época.

Realizando outra comparação sobre historiografia das ditaduras militares do Brasil e Argentina, pode-se relacionar o assunto sobre a violação dos direitos humanos no regime militar com o silenciamento, pois de acordo com o Artigo XIX “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU – 1948), como o Estado é o responsável por garantir os direitos de um cidadão, e uma vez que este é seu violador, se faz pouco útil a

existência deste direito, ou seja, o judiciário da Argentina reviu essas violações após a redemocratização, porém esses direitos não foram assegurados no Brasil mesmo após a ditadura, conforme Bohoslavsky,

“Com relação à justiça, até o presente momento, ninguém foi preso pelas violações aos direitos humanos. Em 2011, o Ministério Público Federal decidiu, por meio de um grupo de trabalho, formular uma estratégia para driblar a lei de anistia e procurar promover avanços nesta tarefa” (cumplicidade financeira na ditadura brasileira: implicações atuais. Juan Pablo Bohoslavsky e Marcelo D. Torelly pág. 100).

A impunidade deixou a memória recente brasileira em aberto, de modo que, apesar de se reconhecer o delito dos direitos humanos, os infratores não foram responsabilizados. Outra informação relevante para comparação entre as duas ditaduras, são os movimentos contra o silenciamento durante a ditadura. Enquanto na Argentina podemos listar alguns movimentos realizados pelos familiares dos desaparecidos, como “Madres de la plaza de Mayo” que ocorreu durante o regime. No Brasil pode-se listar também diversos movimentos que foram contra o regime militar, entre eles temos o movimento da UNE (União Nacional dos Estudantes), o qual implantou um programa chamado UNE-volante, que passou a divulgar propostas a favor de uma cultura revolucionária e democrática. Concluindo-se então que neste aspecto as duas ditaduras possuem movimentos semelhantes, no entanto o Brasil contou com movimentos teatrais, musicais e literários durante o regime militar.

CONCLUSÃO

Podemos concluir na pesquisa apresentada, que durante a ditadura militar da Argentina houve um silêncio eloquente em resultado das políticas de esquecimento e do medo, derivadas das atitudes do estado terrorista. Sendo que um dos principais afetados foram os historiadores, que devido à falta de acesso aos documentos, tiveram seus trabalhos prejudicados, que mesmo após a ditadura encontraram dificuldades para reproduzir um passado recente.

A redemocratização ocorreu junto aos movimentos que perpetuaram a memória, não deixando a violência ser esquecida, e também a redemocratização contou com o apoio de relatórios que possibilitaram o reconhecimento das atrocidades e leis que tornaram consciente que a ditadura foi algo ruim na história do país argentino.

Concluimos também que não foram somente historiadores que foram afetados, mas também foram prejudicados artistas e escritores, que eram inclusive proibidos de se apresentar em público, impossibilitando a demonstração da sua arte cultural. Baseando-se na ditadura Argentina podemos compreender que a ditadura brasileira teve algumas diferenças que a tornou menos violenta como o fato de que no Brasil os artistas podiam se apresentar em público com restrições, outro fator importante é a questão das torturas e atrocidades, pois no Brasil geralmente as vítimas sobreviviam e relatavam suas histórias, sendo que na Argentina as vítimas em grande parte eram

mortas, facilitando o silenciamento.

Para finalizar, podemos ressaltar a grande importância deste estudo, pois pesquisas como esta, incentivam claramente uma perspectiva de manter o contexto histórico da humanidade, em diversas áreas, proporcionando um possível fim deste temível e abominável silêncio.

REFERÊNCIAS

(BOHOSLAVSKY, Juan Pablo- **Cumplicidade financeira na ditadura**: Implicações atuais. Editora Siglo veintiuno, Buenos Aires, 2013.)

(DE AMÉZOLA, G. **Entre pasados**: Problemas y dilemas de la enseñanza de la historia reciente, Revista de História, Buenos Aires, v. 17, p. 137-162, 1999.)

(GILLESPIE, Richard. **Soldados de Perón**: Los Montoneros. Buenos Aires. Grijalbo S.A., 1987.)

(GONZALEZ, Maria Paula. **Ensino da História na Argentina**: saberes e práticas escolares e docentes sobre a última ditadura militar. Revista Transversos, Rio de Janeiro, Vol. 02, nº. 02, p. 32-52, mar.-set. 2014.)

(LVOVICH, D. **Historia reciente. Perspectivas y desafíos para un campo en construcción**: Historia reciente de pasados traumáticos. De los fascismos y colaboracionismos europeos a la historia de la última dictadura argentina. En M. Franco y F. Levín, (Comps.) Buenos Aires: Paidós, 2007, p. 97-124.)

(PELLEGRINI, Marcos - **Novo olhar história**, editora FTD S.A, São Paulo, 2013.).

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-13-0

